

OS SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA ATRIBUÍDOS PELOS EGRESSOS DO CURSO PEDAGOGIA DA TERRA EM SUAS PRÁTICAS DOCENTES

Luciana Borges Junqueira
Mestranda Educação - UFSJ
Écio Portes - Orientador

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos da formação no curso de licenciatura Pedagogia da Terra, que é fruto de uma parceria dos movimentos sociais, do INCRA e da UFMG com duração entre 2005 e 2010. Pretende-se, através de entrevistas semiestruturadas e análises documentais, compreender a importância do curso para a prática docente e identificar, a partir de indícios nos discursos, em qual momento a prática destes sujeitos é beneficiada por sua trajetória acadêmica e seus conhecimentos teóricos adquiridos na formação. Este estudo permite interpretar os significados do curso Pedagogia da Terra para quem dele participou, podendo assim motivar juntamente com as pesquisas que vêm emergindo a luta pela efetivação de políticas públicas para a formação de educadores das escolas do campo, considerando seus saberes e a própria experiência de formação por meio desse curso.

Palavras-chave – Educação do Campo; Pedagogia da Terra; Formação de professores

OS SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA ATRIBUÍDOS PELOS EGRESSOS DO CURSO PEDAGOGIA DA TERRA EM SUAS PRÁTICAS DOCENTES

Luciana Borges Junqueira - UFSJ

A pesquisa em andamento pretende contribuir para uma reflexão sobre a formação de educadores do campo, e a atuação dos movimentos sociais do campo como protagonistas do processo de formação de educadores e educadoras, a valorização dos sujeitos e suas vivências para uma atuação nas escolas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária.

Para uma educação de qualidade para o campo, é necessário que haja políticas públicas para a formação inicial e continuada de educadores que atuam nas escolas do campo. Uma educação que se propõe formar sujeitos com consciência, e que sejam capazes de transformar a realidade dos espaços em que estão inseridos.

A formação de educadores deve ter como objetivo principal educar sujeitos que sejam capazes de pensar a formação humana no âmbito da escola, da família e da comunidade. Para tanto, é necessário que as Universidades mantenham um compromisso político preparando os sujeitos para atuarem em diversos espaços sociais.

Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola *do e no* campo, os movimentos sociais questionam qual formação deveriam possuir os camponeses e como se dá o acesso dos mesmos à escola, uma vez que, a educação básica inclui os sujeitos do campo de forma precária e insuficiente para atender as suas necessidades específicas.

A nucleação é um exemplo da falta de incentivos do poder público em relação às escolas do campo. Para os dirigentes municipais é mais fácil e econômico trazer os alunos do campo para a cidade, ao invés de promoverem na comunidade uma escola de qualidade que consiga atender a especificidade dos sujeitos que ali residem.

A política nacional de formação de professores desconsidera os espaços onde estes sujeitos vivenciam suas experiências e os saberes que eles carregam durante toda a sua vida e a sua

formação. Para Tardif (2002), a prática pedagógica envolvida na formação do professor implica numa dicotomia entre a teoria e a prática, ou entre os que pensam e os que fazem. Os que pensam desenvolvem as diretrizes e indicam os caminhos da formação; os que fazem são justamente os professores que devem aplicar tais saberes em sala de aula através dos programas escolares.

Desta forma, a discussão acerca da formação de educadores gira em torno da real e efetiva aproximação entre teoria e prática nos processos educativos, levando em conta a vivência e os espaços onde os sujeitos estão inseridos.

O desafio de quem abraça a Licenciatura do Campo é pensar como o professor atua em diferentes contextos sociais e geográficos. A área reúne o esforço de movimentos sociais e de Universidades em busca de um sistema público de educação para as escolas do campo.

A noção de educação do campo nasce a partir de um olhar diferenciado sobre o campo, um olhar onde os sujeitos apropriam-se do movimento histórico do campo e dos processos educativos que possibilitam construir sua identidade camponesa. O termo surge através de práticas educativas construídas no interior dos movimentos sociais e o conceito se forma como contraponto à noção de educação rural.

A luta pela escola tem sido um de seus traços principais; porque a negação do direito à escola é um exemplo do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos sujeitos do campo; porque a escola tem tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer à educação do campo. (CALDART, 2004, p.156).

A educação do campo propõe ser uma educação diferenciada, no sentido mais abrangente do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas na realidade social, visando à construção de uma identidade do campo onde a escola assume o papel de refletir juntamente com os educandos e educandas, e forme sujeitos capazes de associar suas vivências do movimento social como parte do seu processo educativo.

Um dos movimentos que tem destaque na luta pelos direitos do campo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conforme referido no site do movimento, o

“MST está presente nas cinco regiões do Brasil, com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional” (www.mst.org.br).

O Setor de Educação do MST¹ é organizado por estados e a nível nacional e possui como função principal organizar as experiências educacionais dentro do Movimento indicando o caminho de suas ações, consolidando a Educação do Campo.

Há uma importância do significado da terra para os trabalhadores inseridos no MST. Existe entre os trabalhadores militantes e a terra uma relação educativa, que é discutida pela Pedagogia do Movimento Sem Terra e valorizada em seus processos educativos. A Terra representa para os trabalhadores militantes, uma terra de luta, de produção, de movimento e de sentimento (CALDART, 2000). A dimensão educativa que a terra possui para o Movimento é percebida pela construção da identidade de homens e mulheres do campo que vivem, lutam e produzem neste espaço. A relação estabelecida com a terra é também uma relação pedagógica, no que diz respeito à luta por sua permanência. É o que Caldart chama de Pedagogia da Terra.

Pedagogia da Terra também é o nome atribuído ao curso de formação de educadores do MST. O curso em questão é mais uma das ações do Movimento na consolidação de sua proposta educativa. É um curso de nível superior implantado em parceria com instituições federais de ensino superior e que já se consolidou em diversos estados brasileiros. O nome Pedagogia da Terra sugere que o curso é voltado para um público específico e possui um projeto pedagógico que caracteriza também outras experiências do curso de Pedagogia desenvolvidas por meio de

¹ O coletivo de Educação do MST é organizado nas seguintes instâncias: setor do assentamento ou acampamento, setor regional, estadual e nacional de Educação.

parcerias entre diferentes Universidades, movimentos sociais do campo e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).²

O curso Pedagogia da Terra é fruto da preocupação do MST com a educação nas escolas de assentamento e acampamento e com a formação recebida pelas crianças no interior do Movimento. As turmas de Pedagogia da Terra são específicas para educadoras e educadores do campo que atuam em espaços educacionais de comunidades rurais. Existe uma intenção no projeto pedagógico desse curso de reconhecer a especificidade do campo e de seus sujeitos, não apenas aceitando suas necessidades educacionais, mas também abrindo a Universidade para novas alternativas de pensar a educação do campo.

O MST questiona as estruturas escolares estabelecidas na sociedade e as concepções pedagógicas no interior das escolas, indicando que existe um movimento pedagógico no campo que visa uma pedagogia própria onde os sujeitos são capazes de se relacionarem com a terra, refletindo sua atuação no campo. Nesta perspectiva, o currículo do curso Pedagogia da Terra está voltado para a formação de educadores que atuam no campo, nas escolas dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, o que se constitui em uma oportunidade de formar educadores conscientes da situação agrária no país, que possam atuar e transformar as relações das crianças do movimento com o espaço onde vivem e com o movimento ao qual são pertencentes.

O primeiro curso de Pedagogia da Terra do Brasil (Turma Salete Strozake) foi criado em 1998, resultado de uma parceria entre a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), com o apoio financeiro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa experiência inicial é o resultado do protagonismo dos movimentos sociais, que através de suas reflexões acerca do direito à educação e das suas propostas pedagógicas, reivindicaram a disponibilidade e o acesso às instituições públicas de ensino superior para os povos do campo. Segundo Caldart (2002, p. 78), “era preciso titular professores oriundos dos próprios assentamentos, de modo que pudessem disputar vagas nos concursos e contratações públicas”.

² O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é destinado ao atendimento de projetos educacionais nas áreas da reforma agrária, promovendo ações educativas através de metodologias específicas à realidade sociocultural do campo.

Em Minas Gerais, discussões lideradas pelo MST, o INCRA e a UFMG dão início à primeira experiência no Estado de um curso superior voltado totalmente para as necessidades de militantes dos movimentos. O curso intitulado “*Educação Básica do Campo: Pedagogia da Terra*” foi gerido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) juntamente com o MST e a Via Campesina.

O Curso em questão teve seu projeto de licenciatura elaborado no final de 2004, a partir da demanda desses movimentos sociais que procuraram parceria com a Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Durante o ano de 2005, o projeto foi analisado e aprovado pelas instâncias universitárias, pelo INCRA e pelo PRONERA. Como afirma Mary Cardoso da Silva, “O MST investiu na formação de educadores... ampliou o olhar para além da educação fundamental, trazendo também para o centro das discussões a educação infantil, a educação de jovens e adultos, o ensino médio e as graduações”

Com o objetivo de formar professores aptos para atuarem de forma interdisciplinar nos ensinos fundamental e médio das escolas do campo, o curso Pedagogia da Terra foi concebido com uma estrutura metodológica diferenciada. A licenciatura aconteceu através de módulos presenciais e não presenciais, unindo teoria e prática de forma simultânea. O módulo “tempo escola”, com aulas presenciais na Universidade, e o “tempo comunidade”, onde os alunos puderam desenvolver projetos nos assentamentos e acampamentos nas áreas de reforma agrária. Os alunos optaram por formação nas áreas de conhecimento: Línguas, Artes e Literaturas, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Humanidades. Ao final de cinco anos de estudos, os educadores obtiveram o diploma de *Licenciatura em Educação Básica do Campo: Pedagogia da Terra*.

A turma denominada “Vanessa dos Santos”, pelos próprios educandos e educandas, iniciou suas atividades em 2005 com 60 estudantes, dos quais, 14 desistiram por motivos diversos. As desistências aconteceram em sua maioria por questões ligadas ao trabalho rural, porém também tiveram desistências por desmotivação, pelas as dificuldades da vida acadêmica e uma educanda faleceu no decorrer do curso.

Desta forma, foram 46 estudantes graduados no curso de licenciatura *Pedagogia da Terra* na UFMG. Eles serão os sujeitos desta pesquisa, que pretende analisar a prática de cinco egressos do curso que atuam como docentes nas escolas dos Assentamentos onde vivem.

Os movimentos envolvidos na construção do curso entendem que a grande demanda é formar educadores para concretizarem a proposta da Educação do Campo, seja em sala de aula ou em outras instâncias organizativas, a fim de enriquecer ainda mais o seu processo de formação na militância, além de assumirem o compromisso de contribuir para a concretização de políticas públicas para a Educação do Campo. Os professores do campo possuem vivências próprias, muitas vezes envolvidas com a dinâmica de trabalho no campo e dos movimentos dos quais fazem parte. Portanto, é importante educar sujeitos capazes de produzir soluções para as questões referentes à sua própria realidade, aproximando escola e comunidade.

Para coleta de dados, foi realizado um levantamento das produções acerca do tema. Quatro dissertações, que tratam diretamente do curso Pedagogia da Terra na UFMG foram listadas e analisadas a fim de dialogar com os objetivos propostos para esta pesquisa.

Também foram enviados questionários com a finalidade de mapear os egressos, considerando principalmente: o local de atuação após a formatura, a experiência como docente e a função dentro do movimento a qual pertence.

Os formados puderam escolher a formação em áreas específicas, desta forma, foram 17 educandos que escolheram habilitação em Línguas, Arte e Literatura; 7 habilitados em Ciência da Vida e Natureza; 14 em Ciências Sociais e Humanidades e 8 com formação em Matemática. Totalizando 46 formados e habilitados para atuarem nas escolas do campo.

Dos 46 egressos do curso, 09 são homens e 37 mulheres, a maior parte deles oriundo da Região do Vale do Rio Doce, mas há também militantes do Norte, Grande BH, Triângulo Mineiro, Sul e do Vale do Jequitinhonha totalizando 37 educandos provenientes do Estado de Minas Gerais e 10 militantes representantes de outros Estados: Bahia, Distrito federal, Goiás, Espírito Santo e São Paulo.

A forma de ingresso na Universidade foi meio de carta de indicação por parte dos movimentos sociais ao qual o sujeito pertencia, o que fez com que o curso tivesse um público bem

diversificado, se comparado a outras licenciaturas. A especificidade do público a ser atendido justifica a estrutura curricular utilizada. Cursos como as Licenciaturas do Campo são, pois, uma possibilidade concreta para que os povos do campo, principalmente assentados e assentadas da reforma agrária, possam garantir uma educação de qualidade – que valorize a sua realidade – próxima de suas moradias e demais espaços de sociabilidade, valorizando suas vivências sociais, culturais e políticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

AZANHA, José Mário P. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.369-378, maio/ago/2004.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez [et al] (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.147-158.

_____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Educação & Atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

MARTINS, Aracy Alves; ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Educação do campo** - Desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Ática, 2009.

SANTOS, Franciele Soares do; LUCINI, Marizete. **A formação de professores do campo: diferentes aspectos de sua formação**. Disponível no site: www.facela.com.br/revistas/rece/trabalhos-num5/artigo01.pdf;

SCHON, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NOVOA, Antonio Nova (Coord.). : **Os professores e sua formação**. 2ª edição.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.